

## ANÍMICO E EVENTOS PRIVADOS: WITTGENSTEIN ENTRE BEHAVIORISMOS

João Henrique Lima Almeida\*

**Resumo:** Discute-se, primeiramente, sobre a crítica ao behaviorismo e sua redução do interior ao exterior no segundo Wittgenstein para, então, se introduzir a noção de eventos privados em Skinner como uma mediação possível. Em seguida, apresenta-se o desenvolvimento do anímico em Wittgenstein como consequência lógica das formas expressivas e das assimetrias gramaticais e, por fim, a medida da manutenção destas noções como indispostas ao behaviorismo lógico de Skinner.

**Palavras-chave:** Anímico. Behaviorismo. Eventos privados. Skinner. Wittgenstein.

## ANIMIC AND PRIVATE EVENTS: WITTGENSTEIN AMONG BEHAVIORISMS

**Abstract:** At first, I discuss on the critique of behaviourism and its reduction of the inner to the outer in Wittgenstein's second philosophy to then introduce the Skinner's notion of private events as a possible mediation. After that, I bring up the Wittgenstein's development of the mental as a logical consequence of the expressive forms and the grammatical asymmetries and, lastly, I present the measure of the maintenance of this notions as uncomfortable to the Skinner's logical behaviourism.

**Keywords:** Mental. Behaviourism. Private events. Skinner. Wittgenstein.

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Somente se não conseguimos ler o exterior é que parece estar escondido um interior por detrás dele. (WITTGENSTEIN, 2014, MS 173, § 18).

A investigação que aqui se inicia tem por expediente um caminho um tanto controverso. Trata-se de confrontar a filosofia de certa ciência com uma outra elaboração filosófica considerando que, daquela, esta não teve grandes notícias. Exige-se, então, um percurso demasiado cuidadoso onde exporemos, a princípio, a crítica do pensamento utilizado como pano de fundo – segunda filosofia de Wittgenstein – a uma versão clássica da base epistemológica behaviorista para, em seguida, situar o posterior desenvolvimento do behaviorismo, sua versão skinneriana, em relação a tal crítica. Por

---

\* Graduando em Psicologia pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Email: joaohlalmeida@gmail.com. Trabalho parcialmente financiado pelo Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica da UEFS (PROBIC/UEFS), orientado pelo Prof. Dr. Wagner Teles de Oliveira.

fim, localizaremos os conceitos fundamentais que permitem subsequente elucidação da questão que compreendemos. A saber, a resposta das duas filosofias ao problema do interior, que se envolve em argumentações lógicas, ontológicas e metodológicas.

---

## I

Muito embora sutis, as afinidades entre o comportamentalismo e o Wittgenstein das *Investigações Filosóficas* não passam despercebidas a um olhar suficientemente atento. A acentuação dos critérios comportamentais como parâmetro decisivo para o exame das questões que tratam das sensações, das percepções e da significação possui forte traço behaviorista e parece dizer contra o mesmo mentalismo enfrentado pelos behavioristas daquela época. Estas suspeitas, não obstante, se atenuam quando Wittgenstein não só se recusa a negar o anímico/mental<sup>138</sup> como o confere ulterior posição reservada em sua filosofia (Cf. WITTGENSTEIN, 2009, §306-8). O que se faz notar é que a análise gramatical empregada pelo filósofo se assemelha ao behaviorismo quando combate o introspeccionismo e doutrinas afins, permissoras de atos de nomeação e significação internas, e, no entanto, desaprova sua redução do interior ao exterior. Interessa a Wittgenstein o behaviorismo enquanto ângulo e não como doutrina (CERQUEIRA & SALLES, 2012, p. 102). O behaviorismo atribuído a Wittgenstein não passa, então, de um ponto de vista, de um método terapêutico para desatar os nós e contornar as ficções da gramática. Essa perspectiva, no entanto, não mais o satisfaz na medida em que começa a postular e acaba por recair em outras ficções que não serão superadas sem um tratamento específico da linguagem, tal qual a negação ontológica do anímico ou a assunção de que, caso existam, os eventos mentais podem ser sempre traduzidos em termos comportamentais.

Uma das doutrinas behavioristas contra as quais o pensamento de Wittgenstein se dispõe é aquela de cunho metodológico, popularizada por Watson em textos como *Psicologia como o behaviorista a vê*, de 1913 e *Behaviorism* de 1925, caracterizada por seu parentesco com a fisiologia e sua negação do vocabulário mental. Convém investigar, no entanto, como outros projetos behavioristas, se situam em relação à filosofia de Wittgenstein, a exemplo daquele de maior fecundidade, que se

---

<sup>138</sup> O termo alemão utilizado por Wittgenstein (*Seel*) pode significar tanto *alma* quanto *mente*.

convencionou chamar Behaviorismo Radical. A este respeito, podemos sinalizar um conceito introduzido por Skinner que merece nossa atenção. A saber, o de eventos privados, que poderá ser doravante explorado em um oportuno confronto com a noção de interior em Wittgenstein. Quando investigarmos gramaticalmente o problema das sensações nos afastaremos de Skinner, todavia, seus resultados produzirão notável proximidade. Isto posto, investiguemos o estatuto que Skinner dá aos eventos privados e como se relaciona com a crítica de Wittgenstein.

---

## II

Fazer ciência do comportamento humano não implicou, para o behaviorismo, esquecer o mundo sob a pele. Por outro lado, as mais variadas atividades do organismo escondidas a olho nu receberam, seja à moda de Watson, seja à moda de Skinner, estatuto de comportamento. Ao passo que Watson reputou à fisiologia o funcionamento interno do organismo, Skinner reconheceu comportamentos, à primeira vista, ocultos a terceiros, mas de trato reputado à própria Análise do Comportamento. São eles os eventos privados. Ao contrário de outras escolas da psicologia, no entanto, Skinner não considerou os eventos privados como de natureza diferenciada dos comportamentos visíveis a terceiros. Ou seja, reconheceu, em ambos os tipos, a mesma lógica (Cf. SKINNER, 2003, pp. 281-2). Apesar da ontologia similar resguardada aos eventos públicos e privados, existe pouca disputa acerca de onde a linguagem se ancora quando trata daqueles, enquanto permanece disputável entre behavioristas a natureza da veiculação linguística destes, a ponto de fazer Skinner, mesmo tendo julgado o tema de pouca relevância para o controle do comportamento em *Ciência e Comportamento Humano* (2011, p. 82), conferir ao tópico certa centralidade em outros escritos<sup>139</sup>. Um desses escritos, *The operational analysis of psychological terms* (SKINNER, 1984), publicado em 1945, é expressão do esforço de Skinner em combater teorias da linguagem da época que, se não consideravam o emprego das palavras por referência a *ideias* e similares, internos ao indivíduo, o consideravam como expressão de um

---

<sup>139</sup> Trata-se da obra *Verbal Behavior*, publicada em 1957 e do artigo *The operational analysis of psychological terms*, publicado em 1945 e que gerou uma série de debates publicados em 1984 na revista *The Behavioral and Brain Sciences*, com direito a tréplica do próprio autor.

*significado/meaning* etéreo e exterior ao indivíduo. Costuma-se atribuir a Wittgenstein uma teoria da significação. Caberia tal crítica a nosso filósofo? Veremos mais a diante.

---

Em contrapartida à inquisição aos termos psicológicos praticada por Watson, Skinner justificou seu comprometimento com o tema ao afirmar a estreita conexão das questões relativas a estímulos privados àquelas relativas ao estabelecimento dos termos subjetivos (SKINNER, 1984, p. 548). Com esse movimento, Skinner põe novamente relevo a um suposto interior em estreita conexão com a exterioridade. A estas questões pode-se associar a introdução do conceito de condicionamento operante no behaviorismo radical visto que, para o reforçamento de termos relativos a comportamentos encobertos ser feito contingente, a comunidade verbal precisa possuir certo acesso aos eventos privados de cada um, ainda que indiretamente. Mas de que maneira? O adjetivo “privado” já prenuncia a indisponibilidade do evento à terceira pessoa, contudo, na tréplica de *Terms*, Skinner sumariza as quatro maneiras pelas quais uma comunidade linguística supera a inacessibilidade e estabelece comportamento verbal para estímulos privados, em que pese a limitação de precisão. São elas:

(1) A comunidade verbal pode basear seus reforços em estímulos públicos associados. (2) Pode-se usar respostas públicas feitas ao mesmo estímulo. (3) Alguns estímulos privados são gerados por comportamento encoberto aos quais respostas podem ser aprendidas quando o mesmo comportamento é manifesto. (4) O tato<sup>140</sup> pode ser metafórico e adquirido quando feito a estímulos públicos similares. (SKINNER, 1984, p. 573) (Tradução nossa)<sup>141</sup>.

A explanação oferecida por Skinner ao mesmo tempo em que ancora a construção linguística dos termos subjetivos em critérios exteriores, expõe uma relação de descompasso entre o público e o privado. O segundo age sobre o primeiro por vias de estimulação – ou são dois comportamentos que acidentalmente respondem ao mesmo estímulo – e por não haver contato direto ao privado pela comunidade verbal, sempre existirá certa dose de inacurácia no uso de termos relativos. Aceitará Skinner, então, que

---

140 O conceito de “tato” em Skinner indica um operante verbal que faz contato com o mundo físico. Como quando uma criança vê uma boneca e fala: boneca. (SKINNER, 2014, p.81).

141 “(1) The verbal community can base its reinforcements on associated public stimuli. (2) It can use public responses made to the same stimuli. (3) Some private stimuli are generated by covert behavior to which responses can be learned when the same behavior is overt. (4) The tact can be metaphorical and acquired when made to similar public stimuli.” (SKINNER, 1984, p. 573)

o indivíduo possa dar conta de sensações intransmissíveis? Assim não nos parece, dado que o aprendizado do uso da linguagem relativa a eventos privados se mostra vigorosamente alicerçado em eventos públicos.

Skinner aborda, pois, o privado de maneira a esvaziar a dimensão subjetiva do ser humano ou, no mínimo, garantir um isomorfismo com sua dimensão objetiva. Gesto que rememora o caduco paralelismo psicofísico, entretanto, não se tratando do âmbito do meramente empírico, mas do lógico. Se existe uma construção mental no ser humano, deve se estruturar de tal maneira que prescindia dum tratamento direto, bastando um equivalente comportamental. Os eventos privados não comporiam, no entanto, essa dimensão subjetiva, mas uma classe de eventos construídos objetivamente, e que por incipiência, a título de exemplo, residem perceptíveis apenas à primeira pessoa. Contingências de estímulo e resposta conectariam, então, a esfera privada à esfera pública.

A uma abordagem do interior ancorada em critérios exteriores não poderíamos deixar de comparar a filosofia da psicologia de Wittgenstein. Seu ponto de partida na análise linguística oferece um novo olhar aos problemas não-solucionados da psicologia, bem como possibilita um novo estatuto para o interior, que alcança expressão, ademais, na assimetria de sentido entre enunciados de termos psicológicos na primeira e terceira pessoa do singular no presente do indicativo. O anímico ou mental, outrora epíteto metafísico ou empírico, ganha, nesse contexto, direito de cidadania lógica. Disso decorre que sua condição deva ser buscada no seio dos usos da linguagem (WITTGENSTEIN, 2014, p. 327). Esboçemos, então, como a noção de interior aparece na filosofia de Wittgenstein e de que maneira se relaciona com o privado em Skinner.

### III

Um dos pontos chave para a compreensão do segundo pensamento de Wittgenstein por oposição ao primeiro – como ele mesmo recomenda (WITTGENSTEIN, 2009, p. 4) – consiste no reconhecimento do abandono do anteriormente assumido isomorfismo entre linguagem e mundo. Não mais compartilhando da mesma forma lógica, a capacidade de figuração significativa entre linguagem e mundo independente de toda e qualquer experiência fica condenada.

Destarte, o significado, seja de um termo, seja de uma sentença, deve agora ser buscado, apenas, às vistas do seu emprego na linguagem. A essa virada, não podemos atribuir poucas consequências à filosofia de Wittgenstein, ou até mesmo, à história da filosofia. Com esse movimento Wittgenstein abole a necessidade lógica como prévia e indiferente a qualquer contingência e a institui como fruto das próprias práticas humanas. Práticas tais que se expressam como jogos normativos orientadores de toda atividade linguística. Estas, manifestam as vivências humanas na mesma medida em que as regulam. Nesse sentido, Wittgenstein tem sua linha demarcada em relação àquele teórico da linguagem criticado por Skinner: vindicante dum significado exterior às relações contingenciais.

A observação detida das contingências dos usos linguísticos permitiu a Wittgenstein questionar a univocidade da linguagem numa nova investigação que põe em cheque, tanto a concepção agostiniana da linguagem enquanto designação, como a watsoniana de linguagem enquanto mera ferramenta fisiológica. A linguagem pode ser tais coisas, mas não apenas, e a multiplicidade de seus usos é expressa no conceito de jogos de linguagem.

A linguagem, outrora compreendida como homogênea em seu caráter descritivo – podia sempre se perguntar pelo valor de verdade de uma proposição e confrontá-la com o mundo –, passa a englobar agora jogos incompatíveis com a mera descrição. Como confrontar com o mundo um enunciado do tipo: “Meu braço dói”? A quais critérios devemos nos valer para avaliar a verdade de tal enunciado? Os critérios utilizados pelo enunciador e pelo observador são os mesmos? E se o sujeito dissimula? Uma das conclusões que Wittgenstein tira da análise, tanto de expressões como esta, como de verbos psicológicos (crer, tencionar, desejar etc.) é de que nem sempre eles são empregados com *função descritiva* na linguagem. Se o enunciado “Meu braço dói” possui um uso possível que não o de descrição da dor sentida por parte do locutor, qual seria? Vejamos como a seção 244 das *Investigações Filosóficas* trata tal questão:

[...] Como um ser humano aprende os significados dos nomes das sensações? Por exemplo, a palavra dor. Aqui está uma possibilidade: palavras são conectadas com as expressões de sensação primitivas e naturais e usadas em seu lugar. Uma criança se machuca e chora; então adultos falam com ela e a ensinam exclamações e, mais a diante, sentenças. Eles ensinam à criança um novo comportamento de dor. “Então está dizendo que a palavra ‘dor’ na realidade significa chorar?”

Pelo contrário. A expressão verbal da dor substitui o choro, não o descreve. (WITTGENSTEIN, 2009, §244) (Tradução nossa)<sup>142</sup>.

Daqui em diante, podemos atestar uma nova função, além da descritiva, da linguagem. A saber, a *função expressiva*. Os enunciados que cumprem, num determinado emprego, função expressiva na linguagem, a cumprem por substituição a manifestações primitivas, portanto, compõem um conjunto de expressões pelas quais não se pode perguntar pelo valor de verdade, dado que não pretendem figurar o mundo. Ademais, a descoberta dos usos expressivos da linguagem, bem como a avaliação da possibilidade de dissimulação do indivíduo, inaugura um novo estatuto para o interior. Um dificilmente visto na história da filosofia e especialmente distinto daquele postulado por Skinner, visto que considera qualquer remissão a um interior como facilmente traduzida em descrição comportamental.

#### IV

O interior surge na Filosofia de Wittgenstein como consequência da exploração da função expressiva da linguagem. Se no *Tractatus*, a linguagem era figura do mundo, nas *Investigações* a linguagem possui entre tantos usos, aquele de exteriorização das vivências. Notemos, no entanto, que a pura capacidade expressiva de alguém não basta para que atribuamos a ele um interior, afinal, se todas as suas vivências fossem manifestas, não encontraríamos uma lacuna onde supor uma interioridade. Portanto, existem outros ingredientes vinculados à descoberta dos usos expressivos da linguagem que autorizam Wittgenstein a supor certos privilégios à primeira pessoa, tais quais, como nos elucida António Marques (MARQUES, 2017), a assimetria de sentido no emprego de verbos psicológicos, a capacidade de dissimulação e as ações volitivas. Aos dois primeiros destes elementos, nos vale a concentração.

A análise de verbos psicológicos revela uma assimetria insuperável das perspectivas de primeira e terceira pessoa. Se digo, por exemplo, “Desejo comer feijão”,

<sup>142</sup> “ [...] Es werden Worte mit dem ursprünglichen, natürlichen, Ausdruck der Empfindung verbunden und an dessen Stelle gesetzt. Ein Kind hat sich verletzt, es schreit; und nun sprechen ihm die Erwachsenen zu und bringen ihm Ausrufe und später Sätze bei. Sie lehren das Kind ein neues Schmerzbenennen. “So sagst du also, daß das Wort ‘Schmerz’ eigentlich das Schreien bedeute?” – Im Gegenteil; der Wortausdruck des Schmerzes ersetzt das Schreien und beschreibt es nicht”. (WITTGENSTEIN, 2009, §244)

e alguém diz de mim “Ele deseja comer feijão” não se pode dizer que o enunciador hipotético e eu asserimos a partir dos mesmos critérios. E isso é confirmado quando jogamos o jogo da dúvida. Faz sentido que o enunciador diga “Duvido que ele deseje comer feijão”, mas em quais circunstâncias faz sentido que eu diga “Duvido que eu deseje comer feijão”? Se a segunda sentença possui algum sentido, este é certamente distinto daquele da primeira sentença. Do mesmo modo, é de se esperar que ocorra a frase “Sei que ele deseja comer feijão” enquanto seria absurdo ou no mínimo, como diria Glock (1998, p. 219), uma asserção meramente enfática, se dizer “Sei que desejo comer feijão”. O tratamento skinneriano dos termos psicológicos, por outro lado não possui em seu centro a análise gramatical, como o é em Wittgenstein. Skinner aborda a questão em busca de estimulações privadas que, de modo contingente, se relacionam a respostas públicas. O behaviorista radical se assemelha, no entanto, a Wittgenstein, na medida em que reconhece o aprendizado destes termos como fundado em critérios exteriores. Todavia, a asserção, a exemplo, do desejo em primeira pessoa, é um comportamento expressivo e, por si só, sem ancoragem clara, diferentemente dos casos típicos da descrição contemplativa. Onde, portanto, Skinner concebe uma sucessão de estímulos e respostas, Wittgenstein concebe uma unidade expressiva, o que nos faz dizer “sinto dor em meu braço” ao invés de “meu braço sente dor” (Cf. WITTGENSTEIN, 2009, §286). Do mesmo modo, a asserção, seja do desejo, seja da dor, em primeira pessoa, não se reduz a uma proposição comportamental para o último, ao contrário do que propõe o primeiro, traço característico dum behaviorismo lógico. Tal linha do behaviorismo concebe que, caso existam, os fenômenos mentais são semanticamente análogos aos comportamentais, o que faz prescindir seu tratamento científico<sup>143</sup>. Distingue-se, portanto, da expressão metodológica do behaviorismo, que diz serem os fenômenos mentais inacessíveis à ciência, bem como da expressão ontológica, que rejeita a existência destes fenômenos.

A análise daquelas sentenças envolvendo o verbo desejar, vocábulo psicológico, permite observar que, quando utilizado em terceira pessoa, ele cumpre função descritiva na linguagem, podendo assim se perguntar pela sua verdade e jogar o jogo do conhecimento. Por outro lado, quando utilizado em primeira pessoa, não joga o jogo do

---

<sup>143</sup> Um bom exemplo da aludida analogia se encontra no *Verbal Behavior*, que traz a seguinte citação: “Em geral, *intenção* pode ser reduzida a contingências de reforçamento” (Cf. SKINNER, 2014, pp. 40-41). (Tradução nossa; grifo nosso).

conhecimento visto que cumpre uma função expressiva, ou seja, exterioriza uma vivência do enunciador. Conclui-se disso que enquanto num neocartesianismo, do sujeito é dito possuir privilégio e, por conseguinte, autoridade epistêmica sobre suas vivências (MARQUES, 2017, p. 25), na análise wittgensteiniana, esta autoridade é reservada à terceira pessoa. Disso não se segue que a primeira pessoa não possua privilégio algum sobre suas vivências. Se, em alguma medida, ela o possui, se trata duma autoridade não epistêmica, mas sim, expressiva. Só e somente só ela pode *expressar* suas vivências, outros podem apenas as descrever. O anímico ganha aqui, portanto, não um estatuto empírico ou metafísico, mas sim, lógico.

---

No *MS 169* (WITTGENSTEIN, 2014), manuscrito de expressão do segundo pensamento de Wittgenstein como as *Investigações*, o filósofo desenvolve a reflexão de um outro tema aliado à expressividade, que é a dissimulação. Segundo Wittgenstein, “Uma criança tem muito o que aprender antes que possa fingir” (WITTGENSTEIN, 2009, p. 240), ou seja, uma criança precisa minimamente dominar o jogo das expressões antes de realizar uma expressão inautêntica. A consideração de casos de dissimulação oferece um novo ângulo de visualização ao problema do interior. Afinal, se o interior tivesse o caráter de um conjunto de objetos que só eu tenho acesso, completamente inacessível à terceira pessoa, a dissimulação não teria préstimo. Se fingimos sentir algo, é porque frequentemente as pessoas sabem o que se passa em nós. Ao mesmo tempo que nega um tipo específico de interior, tais ponderações abrem margem para outro tipo: um interior que está frequentemente manifesto nas formas expressivas, mas que envolve-se em neblina nos casos de dissimulação. Para o behaviorismo radical, por outro lado, os comportamentos de dissimulação acontecem quando existem circunstâncias reforçadoras. Assim, mesmo que um indivíduo sinta dor (estimulação privada), os eventos públicos associados não aparecerão se sua supressão for reforçada, como por exemplo naquele indivíduo que tem aversão a ser o centro das atenções. A neblina que envolve a face pública da dor aparece, nesse caso, como um contexto reforçador específico. O fato de ser um padrão comportamental complexo, que envolve incompatibilidade entre estimulações públicas e privadas, justificaria o aprendizado prévio antevisto por Wittgenstein.

Os casos de fingimento, contudo, não interpõem uma barreira epistêmica entre primeira e terceira pessoas. Afinal de contas, tal como existem critérios para a asserção

da dor em terceira pessoa, existem critérios para a asserção do fingimento – apesar de sua ordem superior de complexidade –, porquanto a simulação não consiste num comportamento carente de seu componente anímico, mas numa manifestação que exige um contexto mais amplo e mais complicado que o da manifestação de sofrimento (WITTGENSTEIN, 2014, I, § 861-3). Outrossim, o anímico em Wittgenstein não se compreende enquanto uma entidade que, ora está expressa, ora regride ao sabor das circunstâncias, mas enquanto uma característica, um adjetivo, um epíteto de nossa complexa forma de vida. Nem atribuidor de significado, nem passível de fiel tradução em termos comportamentais, tal noção de anímico – e não alma; adjetivo e não substantivo – admite o ângulo behaviorista enquanto perspectiva proveitosa para a revelação das ficções da gramática psicológica sem se subscrever a um behaviorismo ontológico ou metafísico, isto é, não nega a existência de fenômenos mentais; nem a um behaviorismo lógico, ou seja, expressões psicológicas não são inteiramente traduzíveis em proposições acerca do comportamento. Este anímico possui localização gramatical, o que quer dizer que se manifesta e se estrutura nas formas expressivas e nas assimetrias linguísticas, afirmação desconfortável a qualquer behaviorismo. O encadeamento de estímulos e respostas parece inquietar a uma filosofia que concebe a expressividade humana enquanto unitária e, por que não dizer, animada. Malgrado a proximidade perspectiva no ângulo de análise, o trato do anímico demarca a distinção entre ambos pensamentos. E, enfim, o cientista não aliviou o filósofo da tarefa de imaginar possibilidades.<sup>144</sup>

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Exploradas as noções de anímico e de interior em Wittgenstein, pode-se notar que uma das maneiras de compreender sua obra é lê-la enquanto uma crítica ao behaviorismo. Tomando seus escritos por esse novo prisma, um novo sentido exegético se inaugura na medida em que neles poderá ser assimilada a superação entre duas doutrinas: a introspeccionista e a behaviorista. Isto é, Wittgenstein despoja o interior de sua presumida capacidade de significação sem que seja necessário aboli-lo.

---

<sup>144</sup>“O progresso da ciência é útil para a filosofia? Certamente. As realidades descobertas aliviam o filósofo da tarefa de imaginar possibilidades.” (WITTGENSTEIN, 2014, I, §807).

A tomada da perspectiva exterior não leva Wittgenstein, nem a esvaziar a dimensão subjetiva do ser humano, nem a equipará-la semanticamente à dimensão objetiva, o que seria ignorar o domínio expressivo e as assimetrias gramaticais. Ao mesmo tempo, não se insiste num caráter inacessível do anímico, mas na sua contrapartida: ele está regularmente expresso. Com efeito, a gramática que expressa e estrutura o anímico não se define, para Wittgenstein, meramente enquanto ferramenta, mas exprime-se como lógica. Necessária, mas oriunda das contingências.

---

Àquela altura, não carecia a Wittgenstein fazer uma mera crítica às teorias de significação mentalistas, deixando-se transitar pela mesma senda já percorrida pelos comportamentalistas do início daquele século. De maneira diversa, ele perfaz uma trilha um tanto mais sofisticada a fim de não se deixar cair em teses que abreviariam o fôlego de sua obra. Nesta trilha, exhibe Wittgenstein mais uma vez o caráter negativo de sua filosofia: trata-se de fazer terapia das teses com o uso dos mais variados exemplos – hipotéticos ou factuais –, levando o caso à exaustão. Remove-se, assim, a especulação, outrora tão cara à filosofia, e faz com que o behaviorismo radical – filosofia duma ciência funcional do comportamento – caia numa categoria de empresa filosófica que prescreveu.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CERQUEIRA, Daniel Hoth; SALLES, João Carlos. **Comportamento e Significação: Uma nota sobre Wittgenstein e o Behaviorismo**. In: SALLES, João Carlos. *O Cético e o Enxadrista*. Salvador: Editora Quarteto, 2012. pp. 99-111.

GLOCK, Hans-Johann. **Dicionário Wittgenstein**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

MARQUES, Antônio. **O interior: Linguagem e Mente em Wittgenstein**. Editora Loyola, 2017.

SKINNER, Burrhus Frederic. **Ciência e Comportamento Humano**. 11ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

SKINNER, Burrhus Frederic. **Verbal Behavior**. Cambridge: B. F. Skinner Foundation, 2014.

SKINNER, Burrhus Frederic. **The Operational Analysis of Psychological Terms**. The Behavioral and Brain Sciences 7, pp. 547-581, 1984.

WATSON, John B. **Clássico traduzido: a psicologia como o behaviorista a vê**. Temas psicol., Ribeirão Preto , v. 16, n. 2, p. 289-301, 2008 . Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-389X2008000200011&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2008000200011&lng=pt&nrm=iso)>. acesso em 15 maio 2019.

WATSON, John B. **Behaviorism**. West Press, 2008.

WITTGENSTEIN, Ludwig. [**Philosophische Untersuchungen**. English]

**Philosophical investigations** / Ludwig Wittgenstein ; Blackwell Publishing, 2009

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Últimos Escritos Sobre a Filosofia da Psicologia**. 2ª ed. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2014.